



DESAFIOS E PERSPECTIVA NA PRÁTICA DOCENTE DO SEGUNDO PROFESSOR DE TURMA DO ENSINO REGULAR DE SANTA CATARINA

Ellen Rufino dos Reis

Carline Santos Borges

Flávia Wagner

122

RESUMO

Objetiva identificar ideias centrais de pesquisas científicas na área da educação que abordam o trabalho do segundo professor que atende estudantes com deficiência nas turmas de ensino regular de Santa Catarina. Para atingir o objetivo, optou-se como metodologia a revisão sistemática, tendo como base de dados o catálogo de teses e dissertações da CAPES, no período de março até abril 2023 com o descritor “segundo professor”. Foram encontradas 18 dissertações com o referido descritor. O estudo aponta para os desafios que estão na falta de uma legislação que estabeleça os deveres e os direitos do segundo professor; que o professor titular de turma se isenta do seu papel de professor do aluno com segundo professor e para a escassez de recursos pedagógicos, atrelada a precariedade das condições de trabalho dos professores. Dentre as perspectivas e possibilidades verificadas, destaca-se a implementação de uma formação continuada que vá de encontro com as reais necessidades da comunidade escolar sobre a temática diversidade e inclusão.

Palavras-chave

Segundo Professor; Ensino Regular; Santa Catarina; Formação Continuada; Educação Especial.

DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS EN LA PRÁCTICA DOCENTE DEL DOCENTE DE SEGUNDO CLASE DE EDUCACIÓN REGULAR EN SANTA CATARINA

RESUMEN

Tiene como objetivo identificar las ideas centrales de la investigación científica en el área de la educación que abordan el trabajo del segundo profesor que asiste a los estudiantes con discapacidad en las clases de educación regular en Santa Catarina. Para lograr el objetivo, la investigación utilizó una metodología de revisión sistemática, en la base de datos del catálogo de tesis y disertaciones de la CAPES, de marzo a abril de 2023 con el descriptor “segundo profesor”, se encontraron 18 disertaciones. El estudio apunta a los desafíos que radican en la falta de legislación que establezca los deberes y derechos del segundo docente; que el director de la clase se exime de su rol de maestro del alumno con un segundo maestro y por la escasez de recursos pedagógicos, ligada a la precariedad de las condiciones de



trabajo de los docentes. Entre las perspectivas y posibilidades verificadas, se destaca la implementación de una educación permanente que responda a las necesidades reales de la comunidad escolar en el tema de la diversidad y la inclusión.

Palabras clave

Segundo Maestro; Educación regular; Santa Catarina; Educación continua; Educación especial.

123

CHALLENGES AND PERSPECTIVE IN THE TEACHING PRACTICE OF THE SECOND TEACHER OF THE REGULAR EDUCATION CLASS IN SANTA CATARINA

ABSTRACT

It aims to identify central ideas of scientific research in the area of education that address the work of the second teacher who assists students with disabilities in regular education classes in Santa Catarina. To achieve the objective, the research used a systematic review methodology, in the CAPES theses and dissertations catalog database, from March to April 2023 with the descriptor "second professor", 18 dissertations were found. The study points to the challenges that lie in the lack of legislation that establishes the duties and rights of the second teacher; that the head teacher of the class exempts himself from his role as teacher of the student with a second teacher and for the scarcity of pedagogical resources, linked to the precariousness of the teachers' working conditions. Among the verified perspectives and possibilities, the implementation of a continuing education that meets the real needs of the school community on the theme of diversity and inclusion stands out.

Key Words

Second Teacher; Regular education; Santa Catarina; Continuing Education; Special education.

1 INTRODUÇÃO

Foi-se o tempo de ignorar as diferenças, ser indiferente às diferenças não deve fazer mais parte do nosso contexto atual, é agressivo persistir em querer agrupar em categorias genéricas os estudantes, assim ignorando, não aceitando, discriminando, anulando as suas diferenças que os tornam únicos (MANTOAN; PRIETO, 2006). Somos diferentes, únicos em todas as esferas, intelectualmente, emocionalmente, na constituição familiar, na concepção espiritual, social, entre outras infinitas diferenças, sendo assim cada sujeito tem



necessidades individuais e específicas, no processo de ensino aprendizagem do cotidiano escolar.

As escolas têm recebido um número consideravelmente maior de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos últimos anos. Em Santa Catarina, a Secretaria de Educação do Estado disponibiliza uma base de dados para pesquisa por meio do sistema eletrônico, Educação na Palma da Mão, onde encontra-se os seguintes números: um total de 6.009 estudantes com TEA matriculados em 4 de julho de 2022, nas escolas estaduais de Santa Catarina, sendo, 2.055 nas turmas dos anos iniciais e 2.181 nas turmas dos anos finais (SANTA CATARINA, 2022).

O estudante com deficiência, é um sujeito único, com incontáveis possibilidades de aprendizagem, conseqüentemente não se pode ter uma educação engessada, pensada de igual forma para todos, inovações e recursos são necessários. Porém, o ensino brasileiro ainda possui inúmeros obstáculos constituídos historicamente, e essa situação se acentua ainda mais quando se trata da pessoa com deficiência (MANTOAN; PRIETO, 2006).

A inclusão escolar por via, foca no potencial individual, respeitando a história de cada sujeito, valorizando sua bagagem, focando nas infindas possibilidades de aprendizagem, não existe inclusão escolar sem apoio especializado, profissionais qualificados, estrutura física apropriada para as necessidades especiais, material pedagógico entre outras ações.

José Carlos Libâneo (2001) em seus estudos deixa claro que não existe resposta pedagógica, resultados de aprendizagem, sem professor qualificado, sendo que o professor é o profissional envolvido na rotina do estudante e em seu processo de aprendizagem, caso contrário o processo de ensino aprendizagem está fadado ao fracasso, perde-se a individualidade, tornando os alunos “homogêneos”, caracterizando a inclusão escolar ao único fato de estar no mesmo espaço com os demais sujeitos. Inclusão é uma dívida social com as inúmeras gerações que não tiveram igualdade de oportunidades, para fazer justiça é necessário que a escola leve em conta, e respeite as desigualdades e diferenças reais, mesmo após quatro décadas de lutas pela educação inclusiva, ainda se observa uma forte resistência da comunidade que compõem o contexto escolar (SANTA CATARINA, 2018).



As barreiras da resistência não podem mais existir, não se pode prorrogar tamanha crueldade. A inclusão é um direito de todos, é um direito do estudante com deficiência, é um direito do estudante com TEA, o acesso à escola comum é um direito constituído, todavia na prática o estudante com deficiência em muitas situações adversas a sua vontade é privado da efetiva participação, dada as dificuldades da escola em suprir suas necessidades específicas decorrente da deficiência, dificultando, criando barreiras para o processo de aprendizagem do estudante (SANTA CATARINA, 2018). Inclusão escolar é resultado de muitas lutas, é resultado de ações políticas, é um movimento mundial, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva afirma o seguinte:

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p. 5).

Vindo nesta perspectiva de efetivação da inclusão escolar, entendendo que é necessário possibilitar meios, formas, recursos, e apoio pedagógico para que a inclusão deixe de ser uma utopia, em Santa Catarina a política de inclusão escolar traz um profissional específico para as escolas estaduais é o Segundo Professor. Ele participa da reestruturação da educação e da inclusão do estudante com deficiência, incluídos nas turmas de ensino regular, o segundo professor está presente para subsidiar, dar suporte para uma resposta educativa mais assertiva e individualizada que beneficie todos.

O Segundo Professor desenvolve um papel fundamental no processo de ensino aprendizagem do estudante com necessidades educacionais especiais, nesse sentido, devemos reconhecer como está sendo este trabalho, para a partir disto, identificar os desafios e as perspectivas desta modalidade de ensino nesse contexto específico.

Para ter meios de transformar a própria realidade, o sujeito necessita ter condições que lhe oportunizem, ser um agente transformador. Veiga (2003) defende que para



modificar a própria realidade cultural, a escola, deverá apostar em novos valores, em lugar da padronização propor a singularidade, em vez da dependência, estimular a autonomia, ao contrário do individualismo, isolamento, buscar o coletivo, estimular a participação, ao invés de autoritarismo, propagar a gestão democrática e participativa, em vez de cristalizar o velho, buscar a inovação, assim buscando uma educação de qualidade para todos. A educação deve ser pensada, planejada, gestada para todos, com condições apropriadas para que todos tornem -se agentes participativos do espaço escolar, e que adentrando os muros escolar sintam-se com infinitas possibilidades de crescimento intelectual, emocional e social.

Caminhando nesta perspectiva de proporcionar suporte para inclusão de todos, o estado de Santa Catarina disponibiliza na rede regular de ensino o segundo professor, profissional qualificado para atuar junto aos professores titulares de turma onde tenha a presença de estudante com deficiência amparado por lei, este profissional é garantido pela Resolução do CEE/SC Nº100, 13 de dezembro de 2016. Sendo assim, justifica-se esse artigo que visa buscar elementos reais a respeito da prática deste serviço oferecido na rede estadual de educação de Santa Catarina, à docência do segundo professor e seus desafios.

2 METODOLOGIA

A pesquisa utilizou a metodologia revisão sistemática (MATTAR; RAMOS, 2021), na busca por dissertações depositadas na plataforma de Periódicos da CAPES no mês de abril de 2023 a fim de responder o seguinte questionamento: Quais os desafios encontrados na prática do serviço do segundo professor? Como descritor foi usado apenas “segundo professor”. Os critérios estabelecidos foram trabalhos em língua portuguesa, nas áreas de ciências humanas e estudos relacionados a prática do segundo professor de Santa Catarina. Como resultado dessa busca encontramos 18 dissertações, sendo que na leitura dos títulos das dissertações, 03 foram exclusas por não corresponderem ao critério de pesquisa sobre os “Desafios na Prática Docente do Segundo Professor de Turma do Ensino Regular de Santa Catarina”, apresentavam estudos de outros estados, 07 dissertações tratavam outros assuntos referentes a vida profissional do segundo professor, sendo que o foco da pesquisa é na sua prática pedagógica, restando 08 dissertações para leitura na íntegra (Quadro 1).


Quadro 1

Dissertações selecionadas para pesquisa

Título	Autores	Ano
Políticas Públicas de Educação Especial: o segundo professor de turma na perspectiva da inclusão – fragmentos da partitura	Karyne Noemy Scheffmacker Pereira	2013
O trabalho do segundo professor de turma em Santa Catarina: qual o projeto político de formação do aluno da educação especial?	Rita de Cássia Kleber	2015
Políticas Públicas para acesso e permanência de alunos com deficiência em Santa Catarina: estudo de caso sobre o atendimento do segundo professor em uma escola da rede estadual de educação	Cristiana Laurindo	2016
Investigando as significações produzidas por segundos professores sobre seu trabalho no contexto das práticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva	Ana Paula Machado	2017
Percepção do segundo professor de turma acerca do seu trabalho e das suas contribuições na inclusão de estudantes com deficiência	Rosilei Gugel Ficagna	2017
A gênese das representações sociais sobre o trabalho do segundo professor na perspectiva da educação inclusiva	Natália Silveira Lima	2017
As concepções das professoras da sala comum sobre o trabalho do segundo professor: O que fazes? Como trabalhas?	Priscila Murtinho Deud	2018
As interações pedagógicas entre o segundo professor e o professor titular na perspectiva do ensino colaborativo	Beatriz Buss	2018

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2023.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A dissertação intitulada “Investigando as significações produzidas por segundos professores sobre seu trabalho no contexto das práticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva” (MACHADO, 2017) de Ana Paula Machado, discute as dificuldades



encontradas pelos Segundos Professores em transformar suas práticas pedagógicas em direção ao Modelo Social da Deficiência. Embora reconheçam as barreiras que impedem a participação plena do estudante com deficiência, as concepções sobre a deficiência que permeiam suas práticas pedagógicas estão ancoradas nos modelos caritativo/assistencialista e biomédico da deficiência. Além disso, as condições reais de trabalho dos Segundos Professores, como a contratação temporária, a falta de formação continuada e a oferta de formação segregada, contribuem para a secundarização de sua função e sua participação excludente nas relações educacionais e escolares. Como facilitadores ao trabalho do Segundo Professor, são apontadas a necessidade de formação continuada voltada para todos os professores e a organização de espaços coletivos de participação e tempo para planejamento entre os docentes.

A segunda dissertação analisada foi da Rosilei Gugel Ficagna que traz a seguinte temática: “Percepção do segundo professor de turma acerca do seu trabalho e das suas contribuições na inclusão de estudantes com deficiência” (FICAGNA, 2017), os resultados da pesquisa indicam que a Política Estadual de Educação Especial apresenta limitações para lidar com a complexidade da proposta e que o papel do segundo professor de turma precisa ser mais claro para toda a comunidade escolar. Além disso, as narrativas das docentes sugerem que o segundo professor deve ser um professor polivalente e profundo conhecedor de diversas áreas de conhecimento para atender a diversidade da Educação Especial. No entanto, o estudo aponta que muitas vezes o segundo professor atua de forma imprecisa e improvisada devido à falta de entendimento e definição clara de seu papel. Por isso, é necessária uma formação continuada para esse profissional.

Beatriz Buss apresenta a seguinte pesquisa com o título “As interações pedagógicas entre o segundo professor e o professor titular na perspectiva do ensino colaborativo” (BUSS, 2018), pesquisa apresenta a importância da atuação em conjunto dos professores titulares e segundo professores na educação inclusiva, enfatizando a necessidade de compreensão de que o professor especializado em inclusão é um colaborador do professor regente da turma, sendo um "coprofessor". Para o sucesso do coensino, os professores necessitam de tempo e espaço para realização de seus planejamentos em conjunto,



promovendo a parceria entre os profissionais e possibilitando o desenvolvimento de estratégias para todos os alunos da turma. Destaca-se a importância de formações significativas aos profissionais da educação com conteúdos e experiências voltados para a educação inclusiva, e a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) é mencionada como um ponto chave para a propagação de formações complementares no âmbito da inclusão de alunos com deficiência e na atuação colaborativa entre os profissionais.

129

A pesquisadora Cristiana Laurindo aborda na dissertação “Políticas Públicas para acesso e permanência de alunos com deficiência em Santa Catarina: estudo de caso sobre o atendimento do segundo professor em uma escola da rede estadual de educação” (LAURINDO, 2016), que os segundos professores demonstram não conhecer precisamente o seu papel, e essa incompreensão parcial do papel do segundo professor é reforçada porque os segundos professores acabam assumindo o papel da professora titular (regente) quando de sua ausência na escola. Uma das principais questões levantadas é a falta de compreensão por parte dos segundos professores sobre seu papel no programa, o que muitas vezes resulta em uma sobrecarga de responsabilidades quando a professora titular não está presente. Além disso, tanto os professores quanto os segundos professores recebem uma qualificação insuficiente e são necessárias mais formações, capacitações e interação com especialistas, especialmente em relação aos alunos com deficiência e/ou condutas típicas no ensino regular. A falta de consenso sobre a elaboração do planejamento e a falta de recursos didáticos e pedagógicos na escola. Embora os professores realizem adaptações nos conteúdos e atividades, muitos ainda não possuem conhecimentos amplos sobre a proposta inclusiva, o que fragiliza o processo de ensino aprendizagem do estudante com necessidades educacionais especiais.

Juliana Ampese Lazzarotti Dias, examinou “O papel do segundo professor nos processos de ensino e aprendizagem de alunos inclusos” (LAZZAROTTI, 2019). A pesquisa investigou como o segundo professor compreende seu papel no processo de ensino e aprendizagem dos alunos inclusivos, seu papel no desenvolvimento de ações e como o segundo professor trabalha com o professor responsável no planejamento e organização dos processos educativos. O estudo constatou que a maioria dos segundos professores tem uma



boa compreensão da educação inclusiva, mas há necessidade de mais treinamento e educação continuada para todos os profissionais envolvidos na educação inclusiva. O estudo também destacou a importância de uma estrutura física e material adequada para proporcionar oportunidades adequadas para o aprendizado de alunos com necessidades especiais. A pesquisa conclui que a presença do segundo professor nas escolas regulares trouxe melhorias significativas para o processo de aprendizagem de alunos com deficiência e sem deficiência. No entanto, ainda há necessidade de mais pesquisas e reflexões sobre práticas pedagógicas e planejamento coletivo para atender efetivamente às necessidades de todos os alunos.

Natália Silveira Lima abordou “ A gênese das representações sociais sobre o trabalho do segundo professor na perspectiva da educação inclusiva” (LIMA, 2017). O resultado da pesquisa mostrou que antes da chegada do segundo professor, os relatos dos professores regentes apontam para um trabalho pedagógico difícil, ruim e complicado, com a exclusão do educando com deficiência do processo de aprendizagem. Com a chegada do segundo professor, o trabalho junto ao aluno com deficiência passou a ser desenvolvido de forma mais tranquila. No entanto, as representações sobre o trabalho do segundo professor, enquanto auxiliar, ancoram-se no modelo médico-terapêutico da Educação Especial, priorizando o cuidado em detrimento de um trabalho coletivo, integrado e pedagógico. Apenas um pequeno número de professores regentes não diferencia o trabalho do segundo professor, sendo este considerado professor tanto quanto o professor regente, possibilitando a construção de uma docência compartilhada. A maioria dos professores manifestam dimensões afetivas com relação ao trabalho do segundo professor, e um grupo menor de professores revela dimensões pedagógicas, envolvendo elementos do planejamento e da garantia de aprendizagens. Ainda pontua a importante que haja um trabalho colaborativo entre os dois professores e demais atores envolvidos no contexto escolar para quebrar com a representação de professor enquanto alguém que pratica um trabalho isolado e solitário. E por último reflete sobre as perspectivas futuras da docência compartilhada e a necessidade de debate e construção de uma prática escolar colaborativa.



Priscila Murtinho Deud, investigou “As concepções das professoras da sala comum sobre o trabalho do segundo professor: O que fazes? Como trabalhas?” (DEUD, 2018), a pesquisa discutiu como o cotidiano escolar pode prejudicar as relações de trabalho e ensino, especialmente para as professoras de sala comum e os segundos professores de Turma que atuam com estudantes com deficiência no ensino médio. A falta de tempo e oportunidades de colaboração compromete a qualidade do trabalho pedagógico, afetando o ensino-aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial. Embora as professoras reconheçam a importância do trabalho dos segundos professores, eles são vistos como auxiliares e não como professores nas salas de aula. A pesquisa aponta a necessidade de uma reorganização no sistema educacional brasileiro para promover mais autonomia e empoderamento para os educadores, bem como uma gestão mais democrática e menos burocrática. A interação entre as professoras e os segundos professores é mais frequente no início do trabalho, mas a falta de práticas colaborativas pode levar a conflitos e insatisfação. A pesquisa destaca a lacuna na produção acadêmica sobre o trabalho colaborativo nas escolas estaduais no Ensino Médio e a necessidade de políticas públicas efetivas para melhorar as condições de trabalho e promover a aprendizagem acadêmica dos estudantes com deficiência.

Sandra Michelluzzi, analisou em sua dissertação a respeito das “Concepções do segundo professor de turma sobre o trabalho docente” (MICHELLUZZI, 2019), onde discute a consolidação da docência denominada segundos professores de turma, regulamentada pela lei estadual em Santa Catarina, como uma estratégia para atender estudantes com necessidades especiais e promover a inclusão. No entanto, a realidade de muitas escolas afasta-se das propostas de educação inclusiva e de qualidade para todos, devido à falta de investimento nas escolas, na formação e valorização dos professores. Apesar disso, alguns segundos professores de turma sentem-se valorizados e importantes, como pontes entre a escola, família, professores e alunos, e são capazes de superar as diferenças significativas e desenvolver o potencial dos alunos. No entanto, esses professores enfrentam desafios como a falta de tempo e recursos para planejar em conjunto com o professor titular, falta de materiais pedagógicos e formação continuada, o que leva à precarização do trabalho



docente e pode descaracterizar a proposta de bidocência. Para minimizar essas dificuldades, é necessário investir em formações continuadas e promover um trabalho colaborativo entre os professores. Resulta-se disto, uma educação segregada gerando uma responsabilização deste estudante somente para os segundos professores quando, na verdade, o estudante está sob a responsabilidade de ambos. Assim, se constitui a vida de vários estudantes e dos próprios professores, principalmente por histórias de fracasso no processo de escolarização. E, o que se discute como uma escola inclusiva, de educação de qualidade para todos, acaba não se materializando.

Karyne Noemy Scheffmacker Pereira traz como fonte de pesquisa a seguinte temática: “Políticas Públicas de Educação Especial: o segundo professor de turma na perspectiva da inclusão – fragmentos da partitura” (SCHEFFMACKER, 2013), a dissertação aborda o movimento de inclusão de pessoas com deficiência nos sistemas educacionais, que é fundamentado nos direitos humanos e busca a escolarização formal, acessibilidade, mercado de trabalho, saúde e assistência terapêutica. A inclusão escolar requer a ressignificação dos espaços escolares, a reformulação curricular e dos processos de ensino e avaliação escolar, e a superação de uma cultura assistencialista e terapêutica. A pesquisa aponta a importância da formação de professores e a necessidade de articular os saberes da educação especial e da escola comum por meio de uma formação permanente. Ainda destaca a importância da bidocência como um princípio viabilizador do processo de inclusão escolar e aponta a fragilidade teórica e a carência de investigações científicas na função de segundo professor de turma. Para alcançar a verdadeira inclusão, é necessário superar a condição de primeiro e segundo professor e ressignificar as escolas e seus projetos educativos.

Rita de Cássia Kleber apresenta “O trabalho do segundo professor de turma em Santa Catarina: qual o projeto político de formação do aluno da educação especial?” (KLEBER, 2015). O estudo identificou a importância da colaboração e comunicação entre os professores e demais profissionais envolvidos no atendimento aos alunos com deficiência. Embora tenham sido identificadas diferenças nas atribuições e condições de trabalho entre os grupos de professores, foi possível destacar a importância do reconhecimento e



valorização do trabalho dos professores de Educação Especial, bem como da garantia de condições adequadas para o exercício de suas funções. O estudo destaca que esse professor prioriza atribuições que são exercidas individualmente e que não exigem uma formação específica em Educação Especial, como elaborar relatórios de desempenho, participar de reuniões pedagógicas, aplicar recursos diferenciados e acompanhar as crianças em atividades fora da sala de aula. No entanto, essa forma de organização do trabalho dificulta a articulação com os demais professores regentes e distancia o segundo professor de sua função primordial de ensinar. Além disso, sugere-se que o projeto de formação do estudante da Educação Especial está focado na garantia de acesso à escola, mas não necessariamente no acesso ao conhecimento científico.

A pesquisa apresenta a reflexão sobre a trajetória de pesquisa em relação às políticas de Educação Especial no Brasil. Também destaca a distinção entre os serviços de apoio especializado em salas de recursos e classes regulares e aponta a importância do trabalho colaborativo entre o professor regente e o professor especializado. Faz crítica ao acentuado enfoque ao atendimento educacional especializado dado pela atual política nacional de Educação Especial, que é uma permanência da perspectiva tradicional da educação especial, calcada nas contribuições da psicologia e da biologia. O estudo aponta para as contradições que se evidenciam nos resultados da pesquisa, destacando que o trabalho do segundo professor de turma aponta para a direção contrária ao discurso hegemônico contido na atual política nacional de Educação Especial.

No entanto, a restrição das diretrizes do trabalho do segundo professor de turma leva a inferir que a política estadual de Educação Especial permanece calcada nas contribuições da psicologia e da biologia, carecendo de um avanço em termos de diálogo com as ciências sociais. E por último, destaca a importância de compreender o trabalho do segundo professor de turma em sua inserção num contexto político, econômico e histórico marcado pela luta de classes. Destaca também a necessidade de diálogo entre a Educação Especial e as ciências sociais para uma análise crítica dessa modalidade de ensino. O texto aponta que a compreensão do trabalho do segundo professor de turma exige considerá-lo em relação a um projeto político mais amplo, que visa formar alunos para o trabalho simples



na Educação Especial. Porém, reconhece a incompletude do estudo e a existência de questões sem respostas definitivas.

A análise das oito dissertações confirma que o trabalho do segundo professor é essencial para o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Entretanto, as dissertações também destacam algumas fragilidades, como a falta de clareza sobre o papel do segundo professor, a necessidade de tempo para organizar as atividades, a ausência de trabalho conjunto com o professor titular da turma, o que acaba colocando o segundo professor em uma posição de professor exclusivo do estudante com deficiência e resultando em um processo de segregação desse estudante.

Além disso, aponta-se a falta de material pedagógico adequado para as adaptações necessárias. Todos os estudos apontam para a importância da formação continuada e urgência na sua implementação. Por último, destaca-se a necessidade de políticas públicas mais abrangentes para garantir um bom andamento do processo escolar. Nenhuma das dissertações discute com profundidade sobre a Resolução do CEE/SC nº 100 de 13 de dezembro de 2016, que ampara os serviços do segundo professor, justificando-se aqui a relevância do artigo.

4 CONCLUSÕES E CONTINUIDADE DO TRABALHO

Conclui-se que o trabalho do segundo professor é fundamental para o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais especiais, mas também destacam algumas fraquezas. Por exemplo, a falta de clareza sobre o papel do segundo professor, a necessidade de tempo para organizar atividades e a falta de trabalho em conjunto com o professor titular da turma colocam o segundo professor em uma posição de exclusividade em relação ao estudante com deficiência, o que acaba levando à segregação do aluno. Além disso, a falta de material pedagógico adequado para as adaptações necessárias é outro problema. Todos os estudos indicam a importância da formação continuada e da urgência em sua implementação. Por fim, é destacada a necessidade de políticas públicas mais abrangentes para garantir um bom andamento do processo escolar.



A Resolução do CEE/SC Nº100 de 13 de dezembro de 2016, apesar de garantir a presença do segundo professor na rede regular de ensino em Santa Catarina, não oferece informações detalhadas sobre as responsabilidades e limitações do serviço desse profissional, nem aborda seu plano de carreira ou requisitos de formação acadêmica. Essas deficiências podem resultar em problemas práticos nas escolas, como indicado pelas pesquisas apresentadas. Diante da resolução/normas que regulamentam as atribuições e restrições do segundo professor, se faz necessário investigar na pesquisa de campo como está na prática a definição dos papéis do segundo professor e dos professores titulares de turma? Existe um trabalho colaborativo e integrado? A legislação dá conta das necessidades do docente para uma prática objetiva? A legislação ampara os direitos e deveres dos professores?

Vale destacar que é uma conquista para educação catarinense a presença do segundo professor em classes do ensino regular, conquista esta, considerada um diferencial em termos de educação no país. A criação do segundo professor, sua nomenclatura e sua função é um serviço exclusivo da secretaria de educação de Santa Catarina. Percebe-se que o segundo professor é um diferencial no processo de construção da escola inclusiva e segue a linha do pensamento de Libâneo quando afirma que a escola dos sonhos é aquela que garante a todos o direito de formação cultural, científica, formação para vida profissional, pessoal, possibilitando assim; o exercício de sua cidadania (LIBÂNEO, 2001).

O papel do segundo professor é trabalhar em conjunto com o professor titular para planejar e viabilizar meios para superar obstáculos no processo de aprendizagem de estudantes com deficiência física, intelectual ou sensorial de longo prazo. A resolução estabelece que apenas esses alunos podem contar com o atendimento do segundo professor. Ao incentivar e atender adequadamente às necessidades desses alunos, toda a comunidade escolar pode se beneficiar intelectual e socialmente, criando um espaço de interação valioso para todos.

O segundo professor vai proporcionar ferramentas, por meio do trabalho colaborativo e de recursos de acessibilidade, para alcançar o estudante integralmente, observando seu nível de desenvolvimento e partindo da sua realidade em busca de novos horizontes. Segundo Silva (2021) o estudante só vai crescer se houver constante incentivo



em sua educabilidade, para assim sair do “não consigo” para o “eu sou capaz”, ele completa, dizendo que o professor tem o papel importante na identificação das necessidades do estudante, assim por meio da percepção ele vai em buscas de medidas ativas para o estudante ultrapassar seus limites. Somente a vivência de uma inclusão adequada, vai proporcionar meios para que o estudante, mesmo que não tenha um grande desempenho no processo de aprendizagem curricular, terá grandes benefícios nas relações sociais que a inclusão estabelece e proporciona no cotidiano do espaço escolar.

Reconhece-se a importância da garantia do atendimento do segundo professor para o estudante com deficiência em toda em qualquer etapa de formação escolar, conforme preconizado na Resolução do CEE/SC Nº100, 13 de dezembro de 2016. No entanto, a resolução deixa lacunas, não traz orientações sobre as atribuições, as restrições do segundo professor, não aborda os direitos trabalhista do servidor, plano de carreira, orientação de contratação e exigências quanto a formação exigida.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Santa Catarina). **Resolução CEE/SC Nº 100, 13 de dezembro de 2016**. Estabelece normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.
- LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?** novas exigências educacionais e profissão docente. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. A., V. A. **Inclusão escolar**. 7. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2006.
- MATTAR, J.; RAMOS, D. K. **Metodologia da Pesquisa em Educação**: abordagem qualitativas, quantitativas e mistas. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2021.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Educação. **Educação na Palma da Mão**: Educação especial: Rede Estadual de Ensino. Autismo. Florianópolis: Secretaria de Estado Educação, 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojOTE3YjBjMGItNTAwZS00MTFhLWl4ZTUtZmJiMGFmMDFiZWY3IiwidCI6ImExN2QwM2ZjLTRiYWwtNGI2OC1iZDY4LWUzOTYzYTJiYzRlNiJ9>. Acesso em: 4 jul. 2022.



SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Educação. **Núcleo de Educação Especial**. Política de Educação Especial. Florianópolis: SED, 2018.

SILVA, D. da. O papel do segundo professor no processo da inclusão do autismo em sala de aula do ensino regular. **RENOVARE: Revista de Saúde e Meio Ambiente**, v. 1, n. 8, 2021.

VEIGA, I. P. A. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dez. 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/ch67BM9yWB8tPfXjVz6cKSH/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 13 maio 2022. Acesso em: 19 jul. 2022.

VILARONGA, C. A. R; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Estudos: Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, DF, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014.

MACHADO, A. P. **Investigando as significações produzidas por segundos professores sobre seu trabalho no contexto das práticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2017.

FICAGNA, R. G. **Percepção do segundo professor de turma acerca do seu trabalho e das suas contribuições na inclusão de estudantes com deficiência**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2017.

BUSS, B. **As interações pedagógicas entre o segundo professor e o professor titular na perspectiva do ensino colaborativo**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018.

LAURINDO, C. **Políticas Públicas para acesso e permanência de alunos com deficiência em Santa Catarina: estudo de caso sobre o atendimento do segundo professor em uma escola da rede estadual de educação**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2016.

DIAS, J. A. L. **O papel do segundo professor nos processos de ensino e aprendizagem de alunos inclusos**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Santa Catarina, 2019.

LIMA, N. S. **A gênese das representações sociais sobre o trabalho do segundo professor na perspectiva da educação inclusiva**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2017.

DEUD, P. M. **As concepções das professoras da sala comum sobre o trabalho do segundo professor: O que fazes? Como trabalhas?**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2018.

MICHELLUZZI, S. **Concepções do segundo professor de turma sobre o trabalho docente**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2019.



PEREIRA, K. N. S. **Políticas Públicas de Educação Especial**: o segundo professor de turma na perspectiva da inclusão – fragmentos da partitura. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade do Planalto Catarinense, Santa Catarina, 2013.

KLEBER, R. C. **O trabalho do segundo professor de turma em Santa Catarina**: qual o projeto político de formação do aluno da educação especial? Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2015.

138

AUTORES

ELLEN RUFINO DOS REIS. Mestranda; UNISUL, Pós Graduação, Associação Catarinense de Ensino Faculdade de Educação de Joinville; Educação infantil, Série Iniciais e Educação Especial, FACEL); Assistente de Educação - EEB. Castro Alves / SED. UNIEDU (BOLSA). Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-7403-0267>. E-mail: ellen_rufino@yahoo.com.br

CARLINE SANTOS BORGES. Doutorado em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-Brasil; Observatório em Educação Comparada, Inclusão e Direitos Sociais CNPq/UFRRJ; Grupo de Pesquisa Estudos sobre Gestão e Práticas Educacionais CNPq/UNISUL. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-3792-6021>. E-mail: carlinesborges@ufrj.br

FLÁVIA WAGNER. Doutorado em Educação, Universidade de Lisboa; Professora e pesquisadora no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-5805-3565>. E-mail: flavia.wagner@animaeducacao.com.br